

Senado vai estudar dívida externa

O Senado Federal aprovou, ontem, a instalação de uma comissão para examinar a questão da dívida externa brasileira. A iniciativa, aprovada por todas as lideranças, partiu do senador Carlos Chiarelli — PFL/Rs.

A Comissão será composta por nove senadores. Pela proporcionalidade, seis do PMDB, dois do PFL e um a ser indicado pelos pequenos partidos. Carlos Chiarelli informou que os nomes serão definidos hoje, depois de reunião com as bancadas.

Dentro de 90 dias, prazo prorrogável, os senadores deverão examinar e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros decorrentes da dívida nos planos externo e interno.

A justificativa apresentada para a aprovação da Comissão da Dívida Externa observa que, pelo artigo 42 da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado "autorizar empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza, de interesse dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ouvido o Poder Executivo Federal". Desta forma, com respaldo na legislação, os senadores da Comissão Especial pretendem analisar a origem e formação da dívida, a estratégia governamental da negociação, buscando influenciar lideranças políticas, parlamentares e partidárias e, por meio delas, a opinião pública dos países credores. Isto

com o objetivo de obter a adoção de novos e compatíveis padrões no relacionamento entre instituições credoras do primeiro mundo e as nações em vias de desenvolvimento.

A dívida

O senador Carlos Chiarelli lembrou que o processo de endividamento externo dos países pobres, e do Brasil em particular, foi transformado no último quinquênio em um mecanismo de estrangulamento do desenvolvimento

to econômico das nações. Assim — prosseguiu —, "de importadores de recursos reais do exterior, como nação em desenvolvimento, passamos a exportadores de poupança doméstica sob a rubrica de juros da dívida externa".

Na justificativa do requerimento apresentado para a implantação da Comissão de Dívida Externa, foram reforçados os seguintes dados: de 1982 a 1986, o Brasil pagou US\$ 50,0 bilhões relativos a juros do débito externo total. Isto significa que os credores externos absorveram da economia brasileira 10 bilhões de dólares anuais médios do último quinquênio, o que corresponde, anualmente, a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e 20% da poupança nacional.

Para o senador Carlos Chiarelli, este fato, em si, compromete a formação de capital no país, e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico de médio e longo prazos. Como agravantes, a crise cambial desde meados do segundo semestre de 86, a queda do volume de reservas internacionais líquidas para 4 bilhões de dólares em meados de fevereiro passado e a patente crise de liquidez externa, juntamente com desequilíbrios internos na esfera do abastecimento e dos preços relativos. Além disso — prosseguiu Chiarelli —, ameaça do recrudescimento do processo inflacionário com recessão econômica que levaram o país à declaração da moratória externa.



Comissão partiu de Chiarelli